



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
Processo Administrativo Digital nº 816/2019

Doc nº 50  
13/03/2020  
Pg 106

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO  
E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DE GOIÁS** E A EMPRESA **W & E  
SERVIÇOS EIRELI LTDA-EPP**.

**CONTRATO TRE/GO Nº 09/2020**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, situado na Praça Cívica nº 300 - Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **WILSON GAMBOGE JÚNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº 2986181, expedida pela SSP-GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 799.305.061-87 e, de outro lado, a empresa **W & E SERVIÇOS EIRELI LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.283.260/0001-35, estabelecida na SHCE/SUL, Qd. 205, Bl. C, Lojas 9 e 15, Cruzeiro Novo, na cidade de Brasília-DF, CEP: 70650-253, telefone (61) 3363-3603 e (61) 9 9975-1352, e-mail institucional: [ecologicdedetizadora@globo.com](mailto:ecologicdedetizadora@globo.com), site: [www.ecologicdedetizadora.com.br](http://www.ecologicdedetizadora.com.br), neste ato representada por **EDER DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 2.090.880, expedida pela SSP-DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 933.120.081-15, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o presente contrato de prestação de



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

serviços, por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global por item mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores e pragas urbanas, de acordo com as descrições, especificações, quantitativos e demais detalhamentos constantes do Termo de Referência, Anexo I-A e I-B do Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A execução contratual obedecerá ao estipulado neste instrumento e no Termo de Referência (anexo ao edital), bem como o estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem, Pregão Eletrônico TRE-GO nº 40/2019, e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em 10/12/2019, constante do documento nº 6788/2020, anexada ao Processo Administrativo Digital nº 816/2019, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

**I** - promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designado(a), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cumprindo observar:

**a)** o representante do **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

**b)** as decisões e providências que ultrapassarem a competência do





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

**II** - permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** em suas dependências, de acordo com as normas de segurança vigentes, para a execução dos serviços atinentes ao objeto contratado;

**III** - observar, durante a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 40/2019;

**IV** - rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros;

**V** - efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato, relativamente aos serviços efetuados e aceitos pelo **CONTRATANTE**.

§ 1º Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do contrato, o representante do **CONTRATANTE** poderá, ainda, suspender qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, e ainda, notificar a **CONTRATADA** a restabelecer e manter a regularidade contratual, sob as penas da lei;

§ 2º Persistindo a irregularidade contratual, após as providências acima, o representante do TRE-GO informará a situação à Administração do **CONTRATANTE** para que tome as medidas necessárias para implementar o descrito na Cláusula Nona - Das Penalidades e Recursos Administrativos, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis à espécie;

§ 3º Configura-se a **REGULARIDADE CONTRATUAL** quando as partes signatárias do presente ajuste cumprem fielmente todos os seus termos. Já a **IRREGULARIDADE CONTRATUAL**, ao revés, resta configurada pelo descumprimento de qualquer dos direitos, deveres e obrigações expressos e/ou implícitos no presente instrumento contratual, seus anexos, e ainda, no edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
Processo Administrativo Digital nº 816/2019

40/2019;

§ 4º É assegurada ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

<b>CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA</b>
---

A **CONTRATADA** obriga-se a:

**I** - executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e em conformidade com o respectivo planejamento, normas, especificações técnicas constantes do Termo de Referência, Anexo I-A e I-B, do edital do Pregão Eletrônico TRE-GO 40/2019;

**II** - iniciar a execução dos serviços contratados na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

**III** - realizar os serviços de transporte dos materiais/equipamentos a serem utilizados na realização dos serviços;

**IV** - fornecer todas as ferramentas e instrumentos necessários à realização dos serviços contratados;

**V** - atender, durante a garantia dos serviços executados, ao chamado para assistência, no prazo máximo de 36 horas para a capital e 72 horas para os cartórios do interior, contadas a partir da solicitação do TRE-GO;

**VI** - emitir, ao final de cada etapa, relatório com a descrição detalhada de todos os serviços realizados, os produtos aplicados, a data de aplicação e demais informações pertinentes;

**VII** – emitir Termo de Garantia, para cada etapa, pelo período mínimo de 6 (seis) meses. A garantia deverá ser específica para cada local de execução dos serviços, haja vista que os serviços serão prestados em locais e datas distintos;

**VIII** - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

representante do **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, refazendo/sanando as inadequações sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

**IX** - responsabilizar-se pela limpeza dos locais onde forem realizados os serviços, descartando os resíduos nos locais indicados pelos Órgãos Municipais;

**X** - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

**XI** - manter preposto, na cidade de Goiânia-GO, aceito pelo **CONTRATANTE**, que sempre deverá estar acessível para imediato contato, para representá-la na execução do presente ajuste, por procuração com poderes específicos;

**XII** - manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços contratados;

**XIII** - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do **CONTRATANTE**, atendendo prontamente as exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

**XIV** - cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas disciplinares e demais regulamentos do **CONTRATANTE**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;

**XV**- cuidar para que todos empregados designados para a execução dos serviços objeto deste contrato zelem pelo patrimônio público;

**XVI** - arcar com todo dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

interrupção dos serviços contratados, excetuados o caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo **CONTRATANTE**, cumprindo-se observar que:

a) eventuais valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** poderão ser descontados dos pagamentos pendentes ou vincendos;

b) o fato de o **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar todo o procedimento não exclui nem reduz a obrigação expressa no presente item.

**XVII** – realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nas normas coletivas;

**XVIII** - prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**;

**XIX** - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;

**XX**- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e obrigações sociais resultantes da execução do presente contrato;

**XXI** - indenizar o **CONTRATANTE** por todos os danos decorrentes da execução/inexecução do presente instrumento, arcando com as despesas relativas a qualquer infração cometida por seus empregados, quando da execução dos mesmos;

**XXII** - prestar os serviços de acordo com suas especificações, observando as normas internas do **CONTRATANTE** e tratando com urbanidade e polidez o público em geral e os servidores do Órgão;

**XXIII** - fornecer, aos empregados uniformes, crachás de identificação e todos os equipamentos de proteção individual - EPI's legalmente exigidos e/ou conforme a natureza das tarefas a serem executadas, bem como todo o material necessário à plena execução dos serviços, exigindo-lhes o seu uso, e quando for o caso, afastar aqueles que se negarem a usá-los;





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

**XXIV** - arcar com todos os tributos fiscais e parafiscais, inclusive os encargos sociais e previdenciários, exigidos pelos entes governamentais federal, estadual e municipal, bem como por suas entidades, autarquias e associações de classe, que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços contratados;

**XXV** - responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ocorridos ou não nos locais de prestação dos serviços;

**XXVI** - substituir imediatamente os empregados que não forem qualificados para a execução dos serviços ou que não atenderem a quaisquer exigências atribuídas à **CONTRATADA**;

**XXVII** - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 40/2019;

**XXVIII** - assumir todos os encargos de eventuais demandas judiciais trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

**XXIX** - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**;

**XXX** - comunicar, ao representante do **CONTRATANTE**, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização;

**XXXI** - indicar e manter atualizados seus números de telefone fixo, fax, endereço, e-mail da **CONTRATADA** e de seu preposto, a fim de que o **CONTRATANTE** efetue quaisquer comunicações oficiais;

**XXXII** - responsabilizar-se diretamente pelo pagamento, nos prazos legais, de todas as despesas relativas aos profissionais que alocar para a execução das atividades estabelecidas neste instrumento, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações,



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

**XXXIII** - não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

§ 1º A **CONTRATADA** deverá fornecer produtos de qualidade, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 40/2019, que serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata de produtos de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;

§ 2º A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, consequentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todos os encargos e ônus previstos nas legislações vigentes trabalhista, previdenciária, fiscal e social, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente contrato;

§ 3º A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato;

§ 4º O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular junto às obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais;

§ 5º A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

**I** - atos de improbidade administrativa;

**II** - crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

**III** - na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

**IV** - não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo;

**V** - deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

a) extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas;

d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
Processo Administrativo Digital nº 816/2019

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL**

Pela prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os seguintes valores:

Item	Serviço/local	Área	Unid.	Valor unitário/m²	Valor da 1ª etapa R\$	Valor da 2ª etapa R\$	Valor total dos serviços
38	Cartório Eleitoral de Valparaíso	518	m²	R\$ 1,72	R\$ 445,00	R\$ 445,00	R\$ 890,00

§ 1º Os valores acima descritos são fixos e irrevogáveis, não estando sujeitos à atualização monetária, e perfazem o **valor global estimado de R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)**;

§ 2º Incluem-se no preço avençado todas as despesas necessárias à consecução deste Contrato, inclusive o eventual fornecimento de peças, obrigações tributárias, acidente de trabalho, parafiscais, transporte, seguros e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento dos valores contratados, será efetivado pelo **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil, contados do ateste da fatura/nota fiscal protocolada na sede do TRE-GO, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

**I** – no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal, o **CONTRATANTE** deverá atestá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

**II** – o prazo para pagamento da nota fiscal/fatura ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade do sistema informatizado de tramitação processual do **CONTRATANTE** - Processo Administrativo Digital/PAD;

**III** – constitui condição para a fatura/nota fiscal ser atestada a verificação,





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

pelo **CONTRATANTE**, da conformidade dos serviços executados;

**IV** – não sendo satisfeita a condição acima, a fatura/nota fiscal apresentada não será atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATADA, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Nona – Das Penalidades e Recursos Administrativos, e demais cominações legais, conforme o caso.

§ 1º A **CONTRATADA** deverá apresentar documento para liquidação da despesa que possibilite a retenção dos tributos respectivos, sem rasuras, em letra legível, fazendo constar deste o número de sua conta bancária, o nome do banco e respectiva agência;

§ 2º A fatura/nota fiscal deverá estar acompanhada, caso não estejam disponíveis nos sites das entidades emissoras, das certidões comprobatórias da regularidade da **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional;

§ 3º Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes do ateste da conformidade da execução contratual, que envolve, além da regularidade dos serviços prestados, conforme especificado no Termo de Referência, o correto e tempestivo cumprimento de todas as obrigações contratuais, sendo que a demora no pagamento do encargo pelo **CONTRATANTE**, causado pela inviabilização do ateste, nos termos previstos no item IV desta Cláusula, não gera para a **CONTRATADA** o direito à correção monetária descrita no § 13 desta Cláusula;

§ 4º O **CONTRATANTE**, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade trabalhista e fiscal;

§ 5º Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** providenciará sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa;

§ 6º O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

§ 7º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista a inadimplência da **CONTRATADA**, bem como a existência de pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários a garantir o recebimento de seus créditos;

§ 8º Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa;

§ 9º Havendo a efetiva prestação de serviços, desde que, e a partir de quando, a nota fiscal/fatura apresentada preencha os requisitos para ser atestada, os pagamentos serão realizados, até que se decida acerca da rescisão ou manutenção contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho;

§ 10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência perante o SICAF e/ou Justiça do Trabalho;

§ 11. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, quaisquer valores correspondentes a multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta;

§ 12. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal/fatura, que será o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico nº 40/2019, facultando-se o pagamento à filial desde que seja apresentada a documentação desta no citado prélio licitatório e previamente comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista;

§ 13. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até a do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
Processo Administrativo Digital nº 816/2019

Na qual:

EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0.00016438
----------	-------------------	----------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

<b>CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
--

As despesas com a execução deste contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0052 (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado de Goiás), Natureza de Despesa 339039 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), comprometida pela Nota de Empenho nº **2020NE000263**, emitida em 28/02/2020.

<b>CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO</b>
---------------------------------------

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

<b>CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS</b>
---

Por força do presente instrumento, com supedâneo nos termos expressos na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, considerar-se-á infração administrativa cometida pela **CONTRATADA** quando:

**I** – inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência dessa contratação;

**II** – ensejar o retardamento da execução do objeto;



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

- III – fraudar a execução do contrato;
- IV – comportar-se de modo inidôneo;
- V – cometer fraude fiscal;
- VI – descumprir a proposta.

§ 1º Se a **CONTRATADA** cometer qualquer das infrações discriminadas acima, ficará sujeita, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;
- b) multa moratória de 0,666% (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da **CONTRATADA**, que será concedida pela autoridade coatora mediante o ressarcimento ao **CONTRATANTE** dos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”.

§ 2º Também ficará sujeita às sanções descritas acima, se a **CONTRATADA**:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;







**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 3º A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Portaria TRE-GO nº 276/2018, na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999;

§ 4º A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração cometida pela **CONTRATADA**, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade;

§ 5º As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

§ 6º As cláusulas penais estabelecidas neste instrumento não excluem a possibilidade do **CONTRATANTE** exigir da **CONTRATADA** ressarcimentos complementares excedentes às multas;

§ 7º As multas impostas à **CONTRATADA**, decorrentes de inexecução parcial ou total do presente ajuste, serão cobradas em dobro nos casos de reincidência, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor total do contrato (artigo 412 CCB), sem prejuízo de cobrança de perdas e danos causados à Administração e eventual rescisão contratual, cumprindo-se observar que:

a) independentemente da aplicação de multa, deverá a **CONTRATADA** realizar o ressarcimento integral das perdas e danos causados ao **CONTRATANTE**, decorrentes da inexecução, parcial ou total, das obrigações contratadas;

b) para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da **CONTRATADA** nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto;

c) as multas a serem aplicadas, a título de reincidência, considerarão todo o período de vigência da execução do contrato, inclusive eventuais prorrogações.

§ 8º Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação;

§ 9º Os valores referentes às multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela **CONTRATADA** serão descontados de eventuais créditos de qualquer natureza devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

§ 10. Se ainda restar crédito ao **CONTRATANTE**, após se valer de eventuais créditos devidos à **CONTRATADA**, ficará obrigada, esta última, a pagar a importância remanescente devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, conforme os termos e dados especificados no documento;

§ 11. Esgotados os meios administrativos de cobrança, os valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial;

§ 12. Para os fins deste contrato, entende-se:

a) inexecução contratual – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que não mais poderá ser cumprida pela **CONTRATADA**, seja por não mais existir utilidade para o **CONTRATANTE**, seja por outros motivos apurados conforme o caso concreto, caracterizando inadimplemento contratual absoluto;

b) mora – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que ainda poderá ser cumprida pela **CONTRATADA** por ser útil para o **CONTRATANTE**, caracterizando atraso no cumprimento da obrigação;

c) comportamento inidôneo – a realização de atos tais como os descritos nos artigos 90, 92, parágrafo único, 93, 94, 95, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO</b>
--------------------------------------

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona – Das Penalidades e Recursos Administrativos, do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o







**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras;

§ 2º Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá vigência de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SUPORTE LEGAL**

O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número **40/2019**, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade de Goiânia - GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**  
**Processo Administrativo Digital nº 816/2019**

mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.


E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, que, lido e achado conforme, será assinado pelos representantes dos contratantes, na forma manuscrita ou digital, sendo uma via anexada ao Processo Administrativo Digital nº 816/2019.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em Goiânia, aos 10 dias do mês de Março do ano de 2020.

WILSON  
GAMBOGE  
JUNIOR:7993050  
6187

Assinado de forma digital  
por WILSON GAMBOGE  
JUNIOR:79930506187  
Dados: 2020.03.05  
17:09:21 -03'00'

**WILSON GAMBOGE JÚNIOR**  
**DIRETOR-GERAL DO TRE/GO**

  
**EDER DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**W & E SERVIÇOS EIRELI LTDA-EPP**

NATA: 10/03/2020

5º OFÍCIO DE NOTAS, R. Civil, RTTDPJ E PROTESTO - DF  
QE 2, Bloco N, Área Especial, QUARA-1 - BRASÍLIA / DF - CEP: 71.810-003  
TELEFONE: (61) 3552-0008 - TITULAR: Emília Moreira de Araújo AA159305

RECONHEÇO, e dou fe por **AUTENTICIDADE**, com a(s) depositada(s) em meus arquivos, mas sem exame da titularidade dos direitos, a(s) firma(s) de:  
[5SblyGM0]-EDER DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA .....

TJDF20200400097490LCBU  
Para consultar selo: [www.tjdf.jus.br](http://www.tjdf.jus.br)  
Em Testemunho \_\_\_\_\_ da Verdade  
Brasília-DF, 10 de Março de 2020  
ELZILENE LEMOS C. FARIAS-ESCREVENTE  
HONEY PEREIRA BONFIM-AUXILIAR DE NOTAS





**ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA**  
**W & E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI - EPP**  
CNPJ sob nº. 05.283.260/0001-35  
NIRE 5320115971-0

**FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SILVA**, brasileira, desquitada, empresária, natural de Passos – MG, nascida em 01 de março de 1952, filha de Joaquim Ribeiro da Silva Leite e Luzia Maria Ribeiro, residente e domiciliada na Quadra 105, Lote 05/07, Bloco A, Apto 1503, Condomínio Art Life Bem Te Vi. CEP: 71.915-250; Bairro: Águas Claras; Cidade: Brasília-DF, portadora do RG nº M-3.470.414, expedido em 26.06.1983, pela SSP/MG e **CPF nº 364.307.306-20**; Na condição de única sócia da Sociedade Empresarial Limitada **W & E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA EPP**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, sob NIRE 5320115971-0 em sessão de 02/09/2002, com sede no SHCE/SUL, Quadra 205, Comércio Local, Bloco C, Loja 09 e 15, CEP: 70.650-253 – Cruzeiro Novo, Brasília/DF, devidamente inscrita no **CNPJ sob nº. 05.283.260/0001-35**, resolve transformar a Sociedade Limitada em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, a qual regerá, doravante, pelo presente **ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA**:

**Cláusula Primeira** – Fica transformada esta Sociedade Limitada em **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**, passando a denominação social a ser **W & E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI EPP**, e Nome Fantasia **ECOLOGIC DEDETIZADORA E DESENTUPIDORA** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor seguinte:

**EMPRESA INDIVIDUAL**  
**DE RESPONSABILIDADE LIMITADA,**  
**W & E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI EPP.**

**FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SILVA**, brasileira, desquitada, empresária, natural de Passos – MG, nascida em 01 de março de 1952, filha de Joaquim Ribeiro da Silva Leite e Luzia Maria Ribeiro, residente e domiciliada na Quadra 105, Lote 05/07, Bloco A Apto 1503, Condomínio Art Life Bem Te Vi. CEP: 71.915-250; Bairro: Águas Claras; Cidade: Brasília-DF, portadora do RG nº M-3.470.414, expedido em 26.06.1983, pela SSP/MG e **CPF nº**

*Francisca*



**364.307.306-20;** Constitui esta **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada**, sob as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira** - A Empresa gira sob a denominação de: **W & E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI EPP**, com o nome de fantasia **ECOLOGIC DEDETIZADORA E DESENTUPIDORA**, com sede no SHCE/SUL, Quadra 205, Comércio Local, Bloco C, Lojas 09 e 15, Cruzeiro Novo, CEP: 70650-253 - Brasília - DF. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

**Cláusula Segunda** - A sociedade tem por objeto social a: **Prestação de Serviços de dedetização, desratização, descupinização, desinsetização, imunização e controle de pragas em geral, higienização e sanitização contra ácaros, fungos e bactérias, monitoramento da qualidade de ar em quaisquer ambiente, lavagem de caixas d'água e carpetes, limpeza de pedras, pisos e fachadas de imóveis, limpeza e tratamento de piscinas e espelho d'água, lavanderia de roupas, roçagem, poda e manutenção de gamado e desentupimento de esgotos. Comércio varejista e atacadista de produtos agropecuários e de Limpeza em geral.**

**Cláusula Terceira** - O Capital Social desta EIRELI é de R\$ 100.000,00 (Cem Mil reais), conforme art. 980-A, CC/2002.

**Cláusula Quarta** - Da Declaração de Integralização do Capital: O subscritor declara que o Capital Social encontra-se completamente integralizado em moeda corrente nacional.

**Cláusula Quinta** - A Responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

**Cláusula Sexta** - A EIRELI iniciou suas atividades em 01/09/2002 e seu prazo é por tempo indeterminado.

**Parágrafo único** - A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado

**Cláusula Sétima** - A administração e o uso da denominação da EIRELI serão exercidos integralmente **FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO**, titular da empresa, com plenos poderes de gestão.

**Cláusula Oitava** - O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede,

*Francisca da Conceição Ribeiro*



ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Nona** – O exercício social encerra em coincidência com o encerramento do ano civil.

**Cláusula Décima** – O titular da presente **EIRELI** declara, nos termos da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Nesses termos, o titular firma o presente Ato Constitutivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Brasília - DF, 24 de junho de 2016.

*Francisca da Conceição Ribeiro Silva*

**FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SILVA**

CPF nº 364.307.306-20



5o. OF. DE NOTAS REG. CIVIL E PROTESTO  
Guaya I - DF  
Enival Moreira de Araujo - Tabeliao

RECONHECO, por AUTENTICIDADE, mas sem exame da titularidade dos direitos a(s) firma(s) de:  
[0016591]-FRANCISCA DA CONCEIÇÃO.....  
RIBEIRO SILVA

ESTE RECONHECIMENTO AUTENTICA APENAS A ASSINATURA E NÃO O TEOR DO DOCUMENTO...

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da Verdade  
Brasília-DF, 24 de Junho de 2016

102-EUNICE MOREIRA DE  
ARAÚJO-ESCREVENTE  
Dis.: THIAGO ELMIRO VITORASSI  
Selo: TJDF20160400306578EENJ  
Para consultar selo: www.tjdft.jus.br

 **JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/07/2016 SOB N.: 53600160827  
Protocolo: 16/050985-8, DE 24/06/2016

Empresa: 53 6 0016082-7  
**W & E SERVIÇOS TECNICOS EIRELI EPP**

  
ERIKA P. DOS S. PAVELKONSKI  
SECRETÁRIA-GERAL

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa **W&E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI-EPP**, com sede na SHCES QUADRA 205 BLOCO C LOJAS 9 e 15, BAIRRO CRUZEIRO NOVO NA CIDADE DE BRASÍLIA-DF, C.N.P.J. n.º 05.283.260/0001-35, através de seu representante legal Sra **FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SILVA**, portadora do RG n.º M-3.470.414 SSP-MG e do CPF n.º 364.307.306-20, cargo Sócio Administradora desta empresa, CREDENCIA o Sr. **EDER JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA**, portador (a) do R.G. n.º 2.090.880 SSP-DF e C.P.F. n.º 933.120.081-15, para representá-la perante Empresas Privadas, Órgãos Públicos do GDF, Estado de Goiás e Federais, outorgando-lhe plenos poderes para realizar vistorias, assinar propostas, assinar e retirar contratos e atas, prestar declarações, formular lances, interpor recursos, acordar e discordar de cláusulas e contratos em licitações do tipo Dispensa de Licitação, Convite, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico. **A presente procuração é outorgada com validade de 12 (doze) meses, à partir desta data.**

Brasília-DF, 11 de Abril de 2019

*Francisca da Conceição Ribeiro Silva*  
FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SILVA  
CPF: 364.307.306-20  
R.G. M-3.470.414 SSP-MG  
Sócia Administradora



5 OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E PROTESTOS DO DF  
Tabelião: EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO - QE 02, LOTE N, ÁREA ESPECIAL GUARÁ - DF  
Tel: 61 36620206

RECONHEÇO, e dou fé por **AUTENTICIDADE**, com a(s) depositada(s) em meus arquivos, mas sem exame da titularidade dos direitos, a(s) firma(s) de:

[7FvHIo30]-FRANCISCA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO SILVA

TJDF20190400178564KGMC

Para consultar selo de autenticidade

Em Testemunho *Elzilene Lemos C. Farias* da Verdade

Brasília-DF, 12 de Abril de 2019

ELZILENE LEMOS C. FARIAS-ESCREVENTE  
SERGIO ALVES LOPES-AUXILIAR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES E VIABILIDADE AUTORIDADE NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
	<b>NOME</b> RDER DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA
	<b>DNC IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF</b> 2000880 SSP DF
	<b>CPF</b> 933.120.081-13
	<b>DATA NASCIMENTO</b> 14/06/1981
	<b>FILIAÇÃO</b> GERALDO SABINO DE OLIVEIRA ROSALINA PEREIRA DE OLIVEIRA
<b>PERMISSÃO</b> <b>ACC</b> <b>CAT. HAB.</b> AB	
<b>Nº REGISTRO</b> <b>VALIDADE</b> <b>1ª HABILITAÇÃO</b> 02757645087 14/11/2022 22/02/2003	
<b>OBSERVAÇÕES</b> <div style="border: 1px solid black; height: 60px;"></div>	
<b>ASSINATURA DO PORTADOR</b> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">  </div>	
<b>LOCAL</b> <b>DATA EMISSÃO</b> BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL, DF 22/11/2017	
<b>ASSINATURA DO ELABORADOR</b> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">  </div>	
<b>ASSINATURA DO ELABORADOR</b> 46109780186 DF752243799	
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1527319247

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1527319247